



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PSS Nº 009/2022/SMS/PMCL – 05/08/2022.

Torna público o processo seletivo simplificado destinado à contratação para exercício das funções públicas de Médico Clínico ESF – 40 horas semanais, Enfermeiro ESF – 40 horas semanais, Técnico de Enfermagem ESF – 40 horas semanais, Médico Ginecologista – 20 horas semanais e Médico Reumatologista – 20 horas semanais para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Pública Municipal de Conselheiro Lafaiete - MG, nos termos da Lei Municipal nº 5.811, de 19 de junho de 2016.

O Prefeito do Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90, incisos IX, e o art. 129 da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO que o último concurso público realizado no âmbito do Município de Conselheiro Lafaiete, nos termos do Edital nº 004/2015, venceu em dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a estrutura mínima das equipes, com o número de servidores necessários para atendimento, conforme funcionamento e escala dos órgãos de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de substituições dos servidores que estejam temporariamente afastados ou impedidos de exercer as funções de seus cargos visando à continuidade da prestação do serviço público;

CONSIDERANDO que a carência desses profissionais compromete os serviços essenciais de saúde prestados pelo Município e inviabiliza o atendimento adequado que deve ser prestado à população;

CONSIDERANDO que por força do artigo 196 da Constituição da República de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que não há quadro de reserva vigente, sendo necessária a contratação de 13 (treze) profissionais para completar o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, de modo a manter o atendimento à população;

CONSIDERANDO que, de acordo com o §2º do art. 3º da Lei nº 5.811/2016, o processo de seleção simplificada será feito por meio de processo de comprovação de experiência do profissional e/ou análise



curricular, tendo em vista que está comprovada a situação excepcional e hipótese de flagrante prejuízo ao interesse público;

CONSIDERANDO a impossibilidade de imediata realização de concurso público/processo seletivo de provas e títulos e relevante interesse público da natureza dos serviços que demandam continuidade; **CONSIDERANDO** que os vencimentos das funções públicas do pessoal contratado temporariamente não poderão ser superiores aos vencimentos pagos aos servidores efetivos constante do Plano de Cargos e Salários do Município e que, caso a função estipulada na contratação temporária seja idêntica aos cargos e atribuições de servidores efetivos, o vencimento deverá corresponder ao vencimento de início de carreira do respectivo cargo, em consonância com o parágrafo único do art. 6 da Lei nº 5.811/2016;

RESOLVE,
TORNAR PÚBLICO, por meio do presente Edital, o processo seletivo simplificado, destinado à contratação, por tempo determinado, das funções **Médico Clínico ESF – 40 horas semanais, Enfermeiro ESF – 40 horas semanais, Técnico de Enfermagem ESF – 40 horas semanais, Médico Ginecologista – 20 horas semanais e Médico Reumatologista – 20 horas semanais** para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Pública Municipal de Conselheiro Lafaiete - MG, nos termos da Lei Municipal nº 5.811/2016, notadamente o disposto nos artigos 1º, 2º, incisos IV, X, XV, XVI, c/c alíneas “a” e “c” do § 1º, art. 3º, dentre outros.

O Processo Seletivo Simplificado (PSS) a que se refere este Edital é o previsto na Lei Municipal nº 5.811/2016, não se constituindo em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme determina o art. 37, inciso II da Constituição da República.

A contratação temporária será realizada pelas normas e instruções especiais previstas neste Edital, por meio de processo de seleção simplificada, que será feito à vista de comprovação de experiência do profissional e/ou análise curricular, para as funções públicas de **Médico Clínico ESF – 40 horas semanais, Enfermeiro ESF – 40 horas semanais, Técnico de Enfermagem ESF – 40 horas semanais, Médico Ginecologista – 20 horas semanais e Médico Reumatologista – 20 horas semanais.**

1 - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Compreende-se processo de seleção simplificada, para os fins deste Edital, a inscrição, classificação, chamada e contratação de profissionais habilitados para as funções públicas **Médico Clínico ESF – 40 horas semanais, Enfermeiro ESF – 40 horas semanais, Técnico de Enfermagem ESF – 40 horas semanais, Médico Ginecologista – 20 horas semanais e Médico Reumatologista – 20 horas semanais.**

1.2. Caberá à Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado e de Avaliação e Julgamento, especialmente designada para esse fim, a coordenação geral, organização, realização e deliberação sobre seleção de candidatos no processo seletivo simplificado.

1.3. As contratações realizadas por tempo determinado, nos termos deste Edital, obedecerão aos prazos estabelecidos no art. 4º da Lei Municipal nº 5.811/2016.



1.4. Todos os horários previstos neste Edital referem-se ao oficial de Brasília.

2 - DO LOCAL, HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO PROCESSO SELETIVO

2.1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas pelo site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete pelo endereço eletrônico <http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v1/processo-seletivo-e-editais/>, no período de 08h do dia 08 de agosto até às 23h59 do dia 12 de agosto de 2022, mediante preenchimento de formulário pelo candidato, e envio do Anexo I deste Edital, bem como demais documentações solicitadas.

2.1.1. Devido à necessidade de diminuição do fluxo de pessoas e de se evitar aglomeração, não será permitida outra forma de realização de inscrição.

2.1.2. O envio do formulário preenchido e assinado pelo candidato implica o conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais em nenhuma hipótese poderá alegar desconhecimento.

2.2. DA DOCUMENTAÇÃO

2.2.1. O candidato deverá adicionar os documentos, o Anexo I deste Edital, conjuntamente com os documentos comprobatórios dos dados e experiências declarados, com boa resolução e legíveis, no formulário de inscrição.

2.2.1.1. Documentos obrigatórios para efetivação da inscrição no Processo Seletivo:

- a) Anexo I devidamente preenchido e assinado;
- b) RG;
- c) CPF;
- d) Carteira do Conselho de Classe para os cargos que a lei exige;
- e) Comprovação de tempo de serviço (contrato de trabalho, carteira de trabalho, declaração do empregador);
- f) Comprovação de ter recebido as 02 (duas) doses e o reforço da Vacina contra Covid-19.

2.2.2. O candidato deverá, obrigatoriamente, indicar na ficha de inscrição, a opção de função, conforme o Quadro do subitem 3.1.

2.2.2.1. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de função.

2.2.2.2. O candidato que não inserir no formulário toda a documentação exigida no subitem 2.2.1.1 ou documentação ilegível, **em arquivo único com extensão em PDF**, será **AUTOMATICAMENTE DESCLASSIFICADO**.

2.2.2.3. Em caso de envio de mais de uma inscrição por candidato, será considerado válido a última inscrição enviada.

2.2.3. Não serão aceitos pedidos de inscrição em caráter condicional.

2.2.4. São requisitos para a inscrição e investidura:

- a) Ter idade mínima de 18 anos completos na data da inscrição;
- b) Não ter idade superior aos 75 anos na data da inscrição;
- c) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou estrangeiro com visto permanente no Brasil;



- d) Estar quite com obrigações eleitorais;
- e) Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- f) Possuir aptidão física e mental;
- g) Certidão de Antecedentes Criminais;
- h) Quando do sexo masculino, ter documento que comprove estar em dia com as obrigações militares;
- i) Ter concluído o nível de escolaridade exigido para a função e ter o registro no órgão competente, quando para o exercício da profissão o mesmo for exigido;
- j) Para inscrever-se, o candidato deverá no período de divulgação e inscrição, ler na íntegra o Edital e preencher o Formulário de Inscrição, no qual declarará estar ciente das condições exigidas para admissão e das normas expressas no Edital;
- k) Ter disponibilidade de tempo para exercer suas atividades, conforme carga horária descrita no subitem 3.1, deste Edital;
- l) Documentação comprobatória dos requisitos mínimos necessários conforme item 3.1;
- m) Não estar entre as vedações descritas no subitem anterior.

2.2.5. Não será aceita a inscrição do mesmo candidato em mais de um cargo/função que trata o presente edital.

2.2.6. É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o completo e correto preenchimento dos dados de inscrição, não se responsabilizando a municipalidade por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto dos dados de inscrição, nem pela inscrição não efetivada por motivos de ordem técnica, de falhas de comunicação ou outros que impossibilitem a efetivação da inscrição.

2.2.7. É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações e convocações sobre o certame, as quais serão divulgadas na página eletrônica oficial do Município de Conselheiro Lafaiete <http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v1/processo-seletivo-e-editais/> e no quadro de avisos da Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete.

2.2.8. O Candidato responde pela veracidade do conteúdo das informações que apresentar, respondendo civil, criminal e/ou administrativamente em caso de falsidade ou inconsistência das informações.

2.2.9. A constatação de falsidade documental, a qualquer tempo, induzirá na desclassificação do inscrito/selecionado ou na rescisão do contrato administrativo, se já celebrado, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e/ou criminais cabíveis.

3 - DA FUNÇÃO PÚBLICA, DA ESCOLARIDADE/REQUISITOS, DO NÚMERO DE VAGAS, DO VENCIMENTO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS E DA CARGA HORÁRIA

3.1. Será realizada seleção para as funções especificadas no quadro a seguir:

FUNÇÃO PÚBLICA	REQUISITOS DE ESCOLARIDADE	Nº VAGAS	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA
-----------------------	-----------------------------------	-----------------	----------------	----------------------



1. Médico Clínico ESF	- Profissional de nível Superior completo em Medicina, com registro no CRM- MG	08 vagas + quadro reserva	R\$ 5.574,64 + R\$ 3.000,00 metas + insalubridade + R\$ 350,00 de Auxílio Alimentação conforme Lei 5.548/2013	40 horas semanais
2. Enfermeiro ESF	- Profissional de nível Superior completo em Enfermagem com registro no COREN-MG	01 vaga + quadro reserva	R\$ 2.654,60 + R\$ 1.200,00 metas + insalubridade + R\$ 350,00 de Auxílio Alimentação conforme Lei 5.548/2013	40 horas semanais
3. Técnico em Enfermagem ESF	- Profissional de nível técnico completo em Técnico de Enfermagem, com registro no COREN-MG	02 vagas + quadro reserva	R\$ 1.734,34 + R\$ 590,00 metas + insalubridade + R\$ 350,00 de Auxílio Alimentação, conforme Lei nº 5.548/2013	40 horas semanais
4. Médico Ginecologista	- Profissional de nível Superior completo em Medicina, com registro no CRM-MG e Especialização em Ginecologia	02 vagas + quadro reserva	R\$ 4.356,35 + insalubridade + R\$ 350,00 de Auxílio Alimentação conforme Lei 5.548/2013	20 horas semanais
5. Médico Reumatologista	- Profissional de nível Superior completo em Medicina, com registro no CRM-MG e Especialização em Reumatologia	Quadro reserva	R\$ 4.356,35 + insalubridade + R\$ 350,00 de Auxílio Alimentação conforme Lei 5.548/2013	20 horas semanais

3.2. A definição de entrada e saída, bem como as escalas de trabalho serão definidas pelas Diretorias da Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. A insalubridade será concedida, quando couber, de acordo com a lotação e atividades desenvolvidas pelo servidor, podendo haver variações em seu valor final, conforme critérios de fixação vigentes.

4 - DO REGIME, DIREITOS E DEVERES DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

4.1. Os servidores contratados temporariamente com base neste Edital submeter-se-ão ao regime de direito público de natureza administrativa, sendo admitidos para exercerem funções e não cargos existentes na estrutura de pessoal do Município, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 5.811/2016, observando o seguinte:

I - inexistência de vínculo empregatício ou estatutário com a Administração Municipal;



II - inexistência de estabilidade de qualquer tipo;

III - sujeição absoluta dos contratados aos termos da Lei Municipal nº 5.811/2016, do Contrato e das normas Editadas pela Administração em relação à contratação temporária;

IV - Possibilidade de rescisão unilateral dos contratos sempre que se configurar desnecessária a continuação dos serviços, ou por cometimento de faltas disciplinares, incluindo descumprimento de carga horária prevista em lei, sem direito a qualquer indenização.

4.2. Os servidores temporários serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social, devendo incidir sobre sua remuneração os demais encargos obrigatórios, quando cabível, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 5.811/2016 e, caso não haja prorrogação do contrato, as férias serão exclusivamente pagas ao contratado, ao final do contrato, acrescidas de 1/3 (um terço) constitucional sobre as mesmas, de maneira integral ou proporcional, conforme o tempo trabalhado, como também o décimo terceiro salário.

4.3. Os contratados temporariamente de acordo com este Edital não poderão, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 5.811/2016:

I - receber funções, atribuições ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, na vigência do contrato temporário para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - faltar ao serviço, sem motivo justificado, sob pena de desconto na remuneração, da quantia equivalente aos dias de ausência;

IV - receber qualquer vantagem incidente sobre a remuneração, salvo as de natureza indenizatória; V - ser designado ou colocado para exercer a função em órgão distinto do que fora contratado.

4.4. A inobservância do disposto no subitem anterior implicará na rescisão automática do Contrato.

4.5. Nos termos do art. 10 da Lei Municipal nº 5.811/2016, configuram rescisão por justa causa as seguintes hipóteses:

I - abandono do contratado, caracterizado por falta ao serviço por período superior a 05 (cinco) dias corridos ou 10 (dez) dias intercalados;

II - rescisão antecipada do contrato.

4.6. O contratado temporariamente que incorrer em qualquer hipótese de justa causa do subitem anterior, será obrigado a indenizar ao contratante com o pagamento no valor correspondente a um mês de sua remuneração mensal, desde que demonstrados prejuízos causados à administração, perderá o direito a verbas rescisórias e lhe será devido apenas o saldo de salário e férias vencidas se houver, acrescidas de um terço sobre as mesmas.

4.7. O Contrato firmado na forma deste Edital poderá nos termos do art. 11 da Lei Municipal nº 5.811/2016, ser rescindido a qualquer tempo, sem direito a indenização:

I - em decorrência de fato superveniente à administração municipal, devidamente caracterizado;

II - pela extinção ou conclusão do projeto ou atividade contratada;

III - quando do provimento dos cargos por servidores concursados para os casos específicos de carência de servidores, excluindo os casos de contratação para suprir situação emergencial temporária;



IV - falta disciplinar cometida pelo contratado;

V - insuficiência de desempenho do contratado, comprovado por laudo elaborado por comissão especialmente nomeada para este fim, nos termos da Instrução Normativa N° 001/SMS/PMCL, de 19 de dezembro de 2017.

4.8. As infrações disciplinares atribuídas ao contratado temporariamente, conforme este Edital, serão apuradas mediante sindicância a ser realizada nos termos do disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, assegurada ampla defesa, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 5.811/2016.

5 - DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

5.1. São atribuições gerais e específicas de todos os cargos constantes abaixo:

a. Médico Especialista em ESF: Realizar atenção a saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc); realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário; indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internar ao hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; contribuir, realizar e participar das atividades de Educação Permanente de todos os membros da equipe; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS; e ainda as atribuições descritas pela Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família ESF e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

b. Enfermeiro Especialista em ESF: Realizar atenção a saúde aos indivíduos e famílias cadastradas nas equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; realizar consulta de enfermagem, procedimentos, atividades em grupo e conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, solicitar exames complementares, prescrever medicações e encaminhar quando necessário, usuários a outros serviços; realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS em conjunto com os outros membros da equipe; contribuir, participar, e realizar atividades de educação permanente da equipe de enfermagem e outros membros da equipe; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS; e ainda as atribuições descritas pela Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família ESF e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

c. Técnico em Enfermagem Especialista em ESF : Participar das atividades de atenção realizando



procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc); realizar atividades programadas e de atenção demanda espontânea; realizar ações de educação em saúde a população adscrita, conforme planejamento da equipe; participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS; contribuir, participar e realizar atividades de educação permanente; e ainda as atribuições descritas pela Portaria n 2.488, de 21 de outubro de 2011 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família ESF e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

d. Médico Ginecologista: Ambulatório de consultas: realizar procedimentos para diagnóstico e terapêutica (clínica e/ou cirúrgica) e seguimento dos pacientes dentro da área de atuação da especialidade definida pelo CRM; Atuando nas unidades de saúde acompanha e participa dos Programas de Saúde existentes no município com relação à saúde da mulher, atender às gestantes, efetuando o acompanhamento do pré-natal, com disponibilidade de rodízio (local de trabalho) de acordo com as necessidades da Secretaria de Saúde; Cumprimento das normas técnicas, funcionais e administrativas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde; Participar das campanhas preventivas; Observar as normas do Sistema Único de Saúde; Proceder ao registro dos procedimentos realizados segundo a legislação vigente e as determinações da chefia imediata; Participar como consultor da junta médica na sua área de competência, quando designado; Atuar como consultor na sua especialidade para equipe multiprofissional de atendimento domiciliar acompanhando a visita domiciliar, quando necessário; Observar as normas administrativas quando ao preenchimento de laudos, relatórios, fichas de atendimento, requisições de exames subsidiários e documentos afins; Realizar acompanhamento de pré-natal em pacientes de alto risco; Dirigir equipes quando designado; Observar as normas e designações quanto a local e horário de trabalho; Participar de projetos de pesquisas, quando designado na sua área de atuação; Ser um multiplicador da atenção primária; Desempenhar outras atividades correlatas e afins.

e. Médico Reumatologista: realizar avaliação clínica em reumatologia efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; atender as intercorrências dos usuários; garantir a integralidade da atenção à saúde do usuário; emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; preencher adequadamente os prontuários e todos os instrumentos de coleta de dados da unidade; realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado; respeitar a ética médica; participar de reuniões da unidade e outras sempre que convocado pelos superiores; participar de capacitações e treinamentos sempre que necessário ou que convocado pela gestão da Unidade. Obedecer ao Código de Ética Médica e demais



resoluções do CFM.

6 - COMPROVAÇÕES NECESSÁRIAS PARA PARTICIPAR DO PSS

6.1. COMPROVAÇÃO E ANÁLISE DOS REQUISITOS DE INVESTIDURA NO CARGO

6.1.1. Entende-se como análise do Requisito de Investidura a confirmação ou não de que o candidato possui o pré-requisito exigido para concorrer à vaga ofertada. Nesta etapa, a Comissão Interna do Processo Seletivo verificará se o interessado atende aos requisitos qualificatórios exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, para o exercício das atividades laborais referentes à função para a qual se inscreveu, constantes no **item 6** deste Regulamento, bem como se anexou toda a documentação exigida nos itens 2.2.1.1 deste Edital.

6.1.2. Esta etapa se constitui em fase **ELIMINATÓRIA** devido à verificação da Comissão Interna do Processo Seletivo, dos requisitos acadêmicos exigidos para exercício das atividades laborais referentes à função para a qual o candidato se inscreveu.

6.1.3. Na hipótese de não comprovação constante do **REQUISITO DE INVESTIDURA**, nos termos do **item 6.1.1** do presente Regulamento, o candidato estará **SUMARIAMENTE ELIMINADO** do Processo Seletivo.

6.1.4. Não serão computados pontos aos itens exigidos a título de REQUISITO DE INVESTIDURA.

6.2. COMPROVAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CURRICULARES

6.2.1. Entende-se como análise das **INFORMAÇÕES CURRICULARES** a confirmação ou não de que o candidato possui os itens a serem pontuados, os quais foram informados no cadastramento do currículo, englobando cursos específicos na área de atuação e experiências profissionais. Nesta etapa, a Comissão Interna do Processo Seletivo, verificará se o interessado apresenta os documentos comprobatórios referentes à etapa de **INFORMAÇÕES CURRICULARES** na função para a qual se inscreveu.

6.2.2. O Resultado Parcial do Processo Seletivo Simplificado será divulgado no quadro de aviso da Secretaria Municipal de Saúde e, na página eletrônica do município <http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v1/processo-seletivo-e-editais/>, acesse aqui O Portal Transparência, Processos Seletivos, cabendo aos candidatos acompanhar as informações.

6.2.3. Para efeito de pontuação da experiência profissional não serão considerados períodos concomitantes de trabalho.

6.2.4. Será permitida a soma de períodos fracionados, desde que não concomitantes, para fins de comprovação do tempo de experiência profissional.

6.2.5. Quando o candidato não possuir em carteira de trabalho a comprovação da experiência profissional na área para a qual se inscreveu, o mesmo deverá apresentar certidão ou declaração da empresa empregadora emitida em papel timbrado, com o CNPJ e assinatura do responsável pelo Departamento de Recursos Humanos e/ou Representante Legal da empresa, atestando a função exercida na empresa e o período em que a desempenhou.

6.2.6. Na avaliação de EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL será considerado somente o tempo de serviço prestado estritamente na **função pleiteada pelo candidato**. Não será computada como EXPERIÊNCIA



PROFISSIONAL qualquer tipo de estágio curricular, monitoria, docência ou prestação de serviços como voluntário. Na avaliação de QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL serão consideradas Certidões e Declarações originais da Instituição de Ensino com a carga horária estabelecida no quadro de pontuação por qualificação.

6.2.7. Quando ocorrer divergências entre a nomenclatura registrada na carteira de trabalho e a função para a qual se inscreveu, deverá o candidato apresentar Certidão ou Declaração, original ou cópia autenticada em cartório, expedida pela empresa empregadora em papel timbrado, constando o CNPJ e assinada pelo responsável pelo Departamento de Recursos Humanos e/ou Representante Legal da empresa, com a descrição detalhada das atividades desenvolvidas no período trabalhado a fim de se verificar a equivalência às atribuições exigidas neste regulamento.

7 - DA INSCRIÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

7.1. É assegurado às pessoas com necessidades especiais o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado, desde que as funções sejam compatíveis com a necessidade especial, sendo reservado o percentual de 5% (cinco por cento), nos termos da legislação vigente.

7.2. É considerada pessoa com necessidades especiais aquela que se enquadra nos cargos especificados no Decreto Federal nº 3.298 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296 de 02/12/2004.

7.3. O Candidato com necessidade especial deverá encaminhar autodeclaração nos termos do Anexo III no ato de inscrição, devendo anexar junto aos demais documentos laudo comprobatório da necessidade especial emitido por órgão competente.

7.4. Caso o candidato não anexe o laudo médico, conforme citado no subitem 7.3, não será considerado como pessoa com deficiência apta para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha, no ato da Inscrição, assinalada tal opção.

8 - DA COMPROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

8.1. REQUISITOS DE INVESTIDURA E INFORMAÇÕES CURRICULARES

ITEM CURRICULAR	FORMA DE COMPROVAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Requisito de Investidura	1. Cópia de documentação estabelecida no item 2.2	<u>Pré-requisito</u> CARÁTER ELIMINATÓRIO
ITEM CURRICULAR	FORMA DE COMPROVAÇÃO	OBSERVAÇÃO



Comprovações	<p>2. Comprovação de Tempo de Serviço: 2.1. Cópia simples da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – da página que contenha a foto, da página que corresponda à qualificação civil, das páginas que constem anotações dos registros de contratos de trabalho, com data de admissão e rescisão, ou; 2.2. Declaração ou certidão original ou cópia autenticada em cartório, expedida em papel timbrado pelo empregador, constando data de início e término do período trabalhado, assinada pelo responsável pelo Departamento de Recursos Humanos e/ou Representante Legal da empresa, com a descrição das atividades desenvolvidas no período trabalhado a fim de se verificar a equivalência às atribuições exigidas neste regulamento, contendo ainda, carimbo com CNPJ da empresa, ou;</p>	<p><u>Experiência (tempo de serviço) e Qualificação Profissional</u> CARÁTER CLASSIFICATÓRIO</p>
	<p>2.3. Contratações temporárias: nos casos em que o candidato não possuir declaração do empregador nos moldes acima descritos serão necessárias cópias de todos os contracheques do tempo de trabalho a ser comprovado. 3. Comprovação de Qualificação Profissional: 3.1. Cópia dos Certificados e/ou Declarações dos Cursos de Doutorado, Mestrado, Pós-graduação, de Capacitação e/ou Aperfeiçoamento.</p>	

9 - QUADROS DE PONTUAÇÃO

9.1. PARA O CARGO/FUNÇÃO DE **TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF – 40 HORAS SEMANAIS**, SERÁ CONTABILIZADO COMO CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO SOMENTE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.

9.1.1. PONTUAÇÃO POR EXPERIÊNCIA DE EXERCÍCIO NA FUNÇÃO NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS, PARA A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF:

PONTUAÇÃO POR EXPERIÊNCIA DE EXERCÍCIO NA FUNÇÃO PRETENDIDA NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA A CADA ANO COMPLETO DE EXERCÍCIO SEM SOBREPOSIÇÃO DE TEMPO	
	ANO(S)	PONTUAÇÃO
Experiência de exercício na função pretendida	01 (um)	20
	02 (dois)	40
	03 (três)	60
	04 (quatro)	80
	05 (cinco)	100
PONTUAÇÃO MÁXIMA NO TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA FUNÇÃO PRETENDIDA		100

9.2. PARA OS CARGOS/FUNÇÕES DE **MÉDICO CLÍNICO ESF – 40 HORAS SEMANAIS**, **ENFERMEIRO ESF – 40 HORAS SEMANAIS**, **MÉDICO GINECOLOGISTA – 20 HORAS SEMANAIS** E **MÉDICO REUMATOLOGISTA – 20 HORAS SEMANAIS** SERÃO EXIGIDAS EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS PARA CLASSIFICAÇÃO.



9.2.1. PONTUAÇÃO POR EXPERIÊNCIA DE EXERCÍCIO NA FUNÇÃO NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS, PARA AS FUNÇÕES DE MÉDICO CLÍNICO PSF – 40 HORAS SEMANAIS, ENFERMEIRO PSF – 40 HORAS SEMANAIS, MÉDICO GINECOLOGISTA – 20 HORAS SEMANAIS E MÉDICO REUMATOLOGISTA – 20 HORAS SEMANAIS :

PONTUAÇÃO POR EXPERIÊNCIA DE EXERCÍCIO NA FUNÇÃO PRETENDIDA NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA A CADA ANO COMPLETO DE EXERCÍCIO SEM SOBREPOSIÇÃO DE TEMPO	
	ANO(S)	PONTUAÇÃO
Experiência de exercício na função pretendida	01 (um)	10
	02 (dois)	20
	03 (três)	30
	04 (quatro)	40
	05 (cinco)	50
PONTUAÇÃO MÁXIMA NO TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA FUNÇÃO PRETENDIDA		50

9.2.2. PONTUAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, PARA AS FUNÇÕES DE MÉDICO CLÍNICO ESF – 40 HORAS SEMANAIS, ENFERMEIRO ESF – 40 HORAS SEMANAIS, MÉDICO GINECOLOGISTA – 20 HORAS SEMANAIS E MÉDICO REUMATOLOGISTA – 20 HORAS SEMANAIS:

a. Médico Clínico - ESF – 40 horas semanais:

PONTUAÇÃO POR CAPACITAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO	PONTOS
Curso de no mínimo 40 horas na área de saúde (*)	10
Curso de no mínimo 120 horas na área de saúde (*)	10
Certificado de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, reconhecido pelo Ministério da Educação, na área de Saúde (**)	10
Certificado de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, reconhecido pelo Ministério da Educação, na área de Saúde da Família (**)	10
Diploma de conclusão de curso de Mestrado ou Doutorado devidamente registrado, fornecido por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, na área de Saúde (**)	10
PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CAPACITAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO NA FUNÇÃO PRETENDIDA	50

(*) os certificados emitidos nos últimos 03 (três) anos terão pontuação de 05 (cinco) pontos; certificados emitidos entre 03 (três) e 07 (sete) anos terão pontuação máxima de 03 (três) pontos; certificados emitidos entre 07 (sete) e 10 (dez) anos terão pontuação máxima de 01 (um) ponto; limitando-se a até 02 (dois) certificados no total.



(**) LIMITANDO-SE A 01 (UM) CERTIFICADO.

b. Enfermeiro - PSF – 40 horas semanais:

PONTUAÇÃO POR CAPACITAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO	PONTOS
Curso de no mínimo 40 horas na área de saúde (*)	10
Curso de no mínimo 120 horas na área de saúde (*)	10
Certificado de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, reconhecido pelo Ministério da Educação, na área de Enfermagem (**)	10
Certificado de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, reconhecido pelo Ministério da Educação, na área de Saúde da Família (**)	10
Diploma de conclusão de curso de Mestrado ou Doutorado devidamente registrado, fornecido por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, na área de Saúde (**)	10
PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CAPACITAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO NA FUNÇÃO PRETENDIDA	50

(*) os certificados emitidos nos últimos 03 (três) anos terão pontuação de 05 (cinco) pontos; certificados emitidos entre 03 (três) e 07 (sete) anos terão pontuação máxima de 03 (três) pontos; certificados emitidos entre 07 (sete) e 10 (dez) anos terão pontuação máxima de 01 (um) ponto; limitando-se a até 02 (dois) certificados no total.

(**) LIMITANDO-SE A 01 (UM) CERTIFICADO.

c. Médico Ginecologista – 20 horas semanais

PONTUAÇÃO POR CAPACITAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO	PONTOS
Curso de no mínimo 40 horas na área da Ginecologia (*)	10
Curso de no mínimo 120 horas na área da Ginecologia (*)	10
Certificado de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, reconhecido pelo Ministério da Educação, com ênfase em Saúde da Mulher (**)	10
Certificado de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, reconhecido pelo Ministério da Educação, na área de Ginecologia e Obstetrícia(**)	10
Diploma de conclusão de curso de Mestrado ou Doutorado devidamente registrado, fornecido por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, na área de Saúde (**)	10
PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CAPACITAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO NA FUNÇÃO PRETENDIDA	50

(*) os certificados emitidos nos últimos 03 (três) anos terão pontuação de 05 pontos; certificados emitidos entre 03 (três) e 07 (sete) anos terão pontuação de 03 (três) pontos; certificados emitidos entre 07 (sete) e 10 (dez)



anos terão pontuação máxima de 01 (um) ponto; limitando-se a até 02 (dois) certificados no total.

(**) LIMITANDO-SE A 01 (UM) CERTIFICADO.

d. Médico Reumatologista – 20 horas semanais

PONTUAÇÃO POR CAPACITAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO	PONTOS
Curso de no mínimo 20 horas na área de Reumatologia (*)	10
Curso de no mínimo 80 horas na área de Reumatologia (*)	10
Curso de no mínimo 120 horas na área de Reumatologia (*)	10
Certificado de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, reconhecido pelo Ministério da Educação, na área de Saúde Pública (**)	10
Diploma de conclusão de curso de Mestrado ou Doutorado devidamente registrado, fornecido por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, na área de Saúde (**)	10
PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CAPACITAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO NA FUNÇÃO PRETENDIDA	50

(*) os certificados emitidos nos últimos 03 (três) anos terão pontuação de 05 pontos; certificados emitidos entre 03 (três) e 07 (sete) anos terão pontuação de 03 (três) pontos; certificados emitidos entre 07 (sete) e 10 (dez) anos terão pontuação de 01 (um) ponto; limitando-se a 02 (dois) certificados no total.

(**) LIMITANDO-SE A 01 (UM) CERTIFICADO.

10 - DOS RECURSOS

10.1. Caberá recurso por meio de requerimento escrito e devidamente fundamentado, em qualquer ato do processo seletivo simplificado publicado, diretamente à comissão de organização do processo seletivo, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação do ato ou resultado preliminar, a ser apresentado nos moldes do Anexo II.

10.2. O recurso (Anexo II deste Edital) deverá ser enviado no endereço eletrônico <http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v1/processo-seletivo-e-editais/>.

10.3. Serão rejeitados liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas da publicação do resultado preliminar, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e função.

10.4. O recurso deverá ser individual, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado e devidamente fundamentado e instruído, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e, ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra-referenciado.

10.5. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito.

10.6. A decisão da Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado e de Avaliação e Julgamento será irrecurável, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros



materiais, havendo manifestação posterior da referida Comissão.

11 - DO RESULTADO FINAL

11.1. Transcorrido o prazo sem a interposição de recursos ou ultimado os seus julgamentos, a Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado e de Avaliação e Julgamento encaminhará o resultado do processo seletivo para o Prefeito Municipal homologar.

11.2. No caso de empate será observado o critério de maior idade.

11.3. O resultado final do PSS será disponibilizado no site eletrônico do município de Conselheiro Lafaiete <http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v1/processo-seletivo-e-editais/>. Acesse aqui O Portal Transparência, Processos Seletivos.

11.4. O ato de homologação do Processo Seletivo Simplificado surtirá seus efeitos legais a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município.

11.5. A convocação de selecionado para assinatura de Contrato Administrativo, se dará por meio de publicação do ato de convocação na página eletrônica do município de Conselheiro Lafaiete - <http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v1/processo-seletivo-e-editais/>, Acesse aqui O Portal Transparência, Processos Seletivos.

12 - DA RESERVA E DO PREENCHIMENTO DAS FUNÇÕES

12.1. Os candidatos aprovados e classificados serão contratados para provimento de exercício nas funções dos cargos retromencionados de acordo com o número de vagas definido no subitem 3.1 deste Edital, para atendimento da demanda, ficando submetidos ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município e demais legislações afins, sendo que a convocação conforme a necessidade e a critério da Administração para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à admissão.

13 - DAS VEDAÇÕES À CONTRATAÇÃO

13.1. É vedada a acumulação de cargos, empregos e funções, nos termos dos incisos XVI e XVII, do art. 37 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998.

13.2. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, nos termos do §10 do art. 37 da Constituição, incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

14 - DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A validade deste Processo Seletivo Simplificado é de 12 meses, contado da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por interesse público.

14.2. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da contratação, acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de



ordem administrativa, cível e criminal.

14.3. Os casos omissos em relação a este Processo Seletivo Simplificado serão resolvidos pela Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado e de Avaliação e Julgamento.

14.4. As datas estabelecidas neste Edital poderão sofrer mudanças em virtude do número de candidatos inscritos ou por qualquer outro motivo de força maior, caso em que a Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado e de Avaliação e Julgamento divulgará outro cronograma.

14.5. Não será fornecido aos candidatos qualquer documento comprobatório de classificação no processo seletivo, valendo para este fim, a publicação oficial divulgada nos quadros de aviso da Secretaria Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, bem como no site da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete.

14.6. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação/divulgação de todos os atos/editais/anexos/comunicados/convocações, referentes a este processo seletivo simplificado.

Conselheiro Lafaiete, 05 de agosto de 2022.

Mário Marcus Leão Dutra

Prefeito Municipal

Cayo Marcus Noronha Almeida Fernandes

Procurador Municipal

Darci Tavares

Secretário Municipal de Saúde

Publicado no quadro de avisos do Prédio da Secretaria Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, em mesmo dia, mês e ano de sua data. Conselheiro Lafaiete, 05 de agosto de 2022.



ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PSS N° 009/2022/SMS/PMCL

CARGO: _____

DADOS PESSOAIS:

Nome do candidato: _____
Sexo: M () F () Telefones para contato: () _____
Estado Civil: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____
RG: _____ Orgão emissor: _____ UF: _____
Data de Emissão: ____/____/____ CPF: _____
N° Conselho de Classe de MG (para as profissões de nível superior): _____ Endereço: _____
N° _____
Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____
Nome do pai: _____
Nome da mãe: _____
Outro vínculo empregatício: Sim () Não ()

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

1 - Local: _____
Função: _____ Tempo de serviço: _____
2 - Local: _____
Função: _____ Tempo de serviço: _____
3 - Local: _____
Função: _____ Tempo de serviço: _____

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1 - Título: _____ C.H.: _____
2 - Título: _____ C.H.: _____

DECLARO, SOB AS PENAS DE LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI APRESENTADAS SÃO VERDADEIRAS E DE MINHA INTEIRA RESPONSABILIDADE E DECLARO AINDA ESTAR CIENTE E DE ACORDO COM TODAS AS REGRAS APRESENTADAS NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO.

C. L., ____/____/2022

Assinatura do candidato



ANEXO III
FORMULÁRIO DE COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADES ESPECIAIS PSS N°
009/2022/SMS/PMCL

NOME COMPLETO: _____

CPF: _____

1. DECLARO para o fim específico de atender ao requisito inscrito no Edital do Processo Seletivo Secretaria Municipal de Saúde n° 009/2022, que sou pessoa com deficiência.

2. DECLARO que estou ciente de que detectada a falsidade desta declaração sujeito-me às penas da lei e às consequências relacionadas aos termos deste Edital.

Conselheiro Lafaiete, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Candidato

Atenção:

1. Preencher o recurso com letra legível.

2. Anexar no formulário